

A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO PARA UMA ANÁLISE SOBRE O PASSADO, A MEMÓRIA E A PÓS-MEMÓRIA DO GOLPE DE 1964

Data de aceite: 01/08/2024

Geraldo Pieroni

Doutor em História pela Université Paris-Sorbonne; professor no Mestrado e Doutorado em Comunicação e Linguagem – Universidade Tuiuti do Paraná

Alexandre Martins

Doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Curitiba – professor no Centro Universitário Santa Cruz

RESUMO: Este artigo examina as interpretações do conceito de “povo” em diferentes períodos históricos e contextos políticos no Brasil, com foco nas Marcha dos Cem Mil de 1968 e nos protestos de 2023. Analisa-se a emblemática foto de Evandro Teixeira em 1968, que representava a defesa da democracia, contrastando com o slogan de 2023 “o Supremo é o povo”, usado por grupos de extrema direita para desafiar a autoridade do Supremo Tribunal Federal. A análise aborda como a fotografia de 1968 é percebida décadas depois, mostrando seu impacto visual e as variações em sua interpretação. O texto examina as teorias de memória e pós-memória, em Paul Ricoeur, Marianne Hirsch e Walter Benjamin, para compreender como

eventos passados são reinterpretados. Discute-se a instrumentalização do termo “povo” e como isso pode afetar os princípios democráticos, considerando a memória como um fenômeno sujeito a seleção e distorção, e frequentemente usada para legitimar agendas políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Pós-memória. Golpe Militar de 1964. Marcha dos Cem Mil.

PHOTOGRAPHY AS A TOOL FOR ANALYSIS OF THE PAST, MEMORY, AND POST-MEMORY OF THE 1964 COUP

ABSTRACT: This article examines interpretations of the concept of “people” across different historical periods and political contexts in Brazil, focusing on the March of the Hundred Thousand in 1968 and the protests of 2023. It analyzes the emblematic photo by Evandro Teixeira from 1968, which represented the defense of democracy, in contrast to the 2023 slogan “the Supreme is the people,” used by far-right groups to challenge the authority of the Federal Supreme Court. The analysis addresses how the 1968 photograph is perceived decades later, showing its visual

impact and the variations in its interpretation. The text explores theories of memory and post-memory, referencing Paul Ricoeur, Marianne Hirsch, and Walter Benjamin, to understand how past events are reinterpreted. It discusses the instrumentalization of the term “people” and how this can affect democratic principles, considering memory as a phenomenon subject to selection and distortion, and often used to legitimize political agendas.

KEYWORDS: Memory. Post-memory. 1964 Military Coup. March of the Hundred Thousand.

LA FOTOGRAFÍA COMO INSTRUMENTO PARA UN ANÁLISIS SOBRE EL PASADO, LA MEMORIA Y LA POST-MEMORIA DEL GOLPE DE 1964

RESUMEN: Este artículo examina las interpretaciones del concepto de “pueblo” en diferentes períodos históricos y contextos políticos en Brasil, centrándose en la Marcha de los Cien Mil de 1968 y en las protestas de 2023. Se analiza la emblemática foto de Evandro Teixeira en 1968, que representaba la defensa de la democracia, en contraste con el eslogan de 2023 “el Supremo es el pueblo”, utilizado por grupos de extrema derecha para desafiar la autoridad del Supremo Tribunal Federal. El análisis aborda cómo se percibe la fotografía de 1968 décadas después, mostrando su impacto visual y las variaciones en su interpretación. El texto examina las teorías de memoria y post-memoria, en Paul Ricoeur, Marianne Hirsch y Walter Benjamin, para entender cómo se reinterpretan los eventos pasados. Se discute la instrumentalización del término “pueblo” y cómo esto puede afectar los principios democráticos, considerando la memoria como un fenómeno sujeto a selección y distorsión, y frecuentemente utilizada para legitimar agendas políticas.

PALABRAS CLAVE: Memoria. Posmemoria. Golpe Militar de 1964. Marcha de los Cien Mil.



Foto: Evandro Teixeira, 1968.

INTRODUÇÃO

Ao examinarmos a fotografia *Marcha dos Cem Mil*, capturada pelo fotógrafo Evandro Teixeira¹, percebemos sua importância como um símbolo da resistência à ditadura civil-militar estabelecida no Brasil em 1964. Esforçamo-nos por compreender o papel crucial que as modalidades midiáticas, particularmente a fotografia, desempenharam na documentação de fatos históricos associados à oposição ao regime militar. Ressignificada através da memória e da pós-memória², 60 anos após o acontecimento, a foto de Teixeira preserva e transmite os ecos fiéis do significado do ato ocorrido no centro do Rio de Janeiro em 1968. Esse episódio não foi apenas um dos maiores e mais expressivos protestos contra a ditadura militar no Brasil, mas também um momento decisivo de mobilização civil e popular durante o regime que teve início em 1964. Este estudo pretende além de reavaliar o impacto histórico dessa imagem, também refletir sobre sua influência nas interpretações contemporâneas a respeito da resistência e do ativismo civil.

Para Henry Rousso,

(...) o atributo mais imediato da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros³.

Esta fotografia vista seis décadas mais tarde, emerge como um testemunho significativo que merece atenção. Ela fixa um instante preciso, oferecendo um registro visual surpreendente daquele momento. No entanto, a interpretação da imagem pode variar consideravelmente, dependendo de quem a observa e do contexto em que é analisada. Recentemente no Brasil, os eventos de oito de janeiro de 2023 desenharam um cenário de brutalidade e reações violentas antidemocráticas, que ressoam com apelos por um retorno à ditadura e ameaças ao Estado Democrático de Direito. Neste ambiente, encontramos submersos em um campo de memórias e um caleidoscópio de perspectivas políticas conflitantes. Uma imagem pode ser reinterpretada de forma completamente oposta ao seu significado original. Estamos diante de uma continuidade desses ideais ou de uma ruptura com eles?

1 Evandro Teixeira, autor da fotografia é reconhecido como um dos mais notáveis fotógrafos brasileiros, especialmente por seu trabalho documental durante a ditadura militar no Brasil.

2 O conceito de pós-memória faz parte de um conjunto de reflexões de Marianne Hirsch presentes na obra **Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory**. Harvard University, Press, 1997.

3 ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

CONTINUIDADE OU RUPTURA? O LUGAR DA MEMÓRIA E DA FOTOGRAFIA SOBRE O GOLPE DE 1964.

Fotografia — é o codinome da mais aguda percepção que a nós mesmos nos vai mostrando, e da evanescência de tudo edifica uma permanência, cristal do tempo no papel. Das lutas de rua no Rio em 68, que nos resta, mais positivo, mais queimante do que as fotos acusadoras, tão vivas hoje como então, a lembrar como exorcizar?⁴

Para desvendar os conteúdos desta fotografia recorreremos, inicialmente, aos princípios articulados por Panofsky⁵. Segundo o autor é necessário aprofundar-se ao nível do significado intrínseco, isto é, a correlação entre história pessoal e coletiva, técnica e cultural, reconhecendo a fotografia como produto de uma conjuntura, de uma temporalidade e de uma relação de poder. Sob esta expectativa, ao navegar por essas categorias, o observador é impelido a indagar: O que é retratado? Quem são os envolvidos? Como e quando se desenrola a cena?

Fundamentalmente esta é a camada mais profunda que atua como uma síntese, instigando o espectador a interrogar: “Qual é o significado disso?” Neste artigo, aspiramos transcender a simples atribuição de significados. Sob a lente de Panofsky, orientamo-nos a compreensão sobre como podemos ressignificar esta imagem? Quem observa a cena não apenas a interpreta, mas também a incorpora em suas próprias visões de mundo. Pela busca do significado é fomentando um diálogo contínuo entre o passado e o presente. Indo mais avante que Panofsky, Peter Burke tece uma coerente crítica: O objetivo de Panofsky, que era sabiamente indiferente, se não hostil, à história social da arte, era descobrir o significado da imagem, sem levantar a questão: significado para quem?⁶

A Marcha dos Cem Mil de 1968, em particular, emergiu como uma manifestação do crescente descontentamento com a repressão política, a censura e a erosão das liberdades civis sob a ditadura. Os elementos visuais do enquadramento, incluindo a faixa, são fundamentais na comunicação das mensagens e demandas dos manifestantes. Eles não somente fornecem encadeamentos sobre as razões do protesto, mas também adicionam um revestimento textual à imagem, permitindo que os observantes se engajem diretamente com as vozes dos participantes. Suas expressões faciais e posturas carregam afetos que humanizam e intensificam o impacto emocional da fotografia. O uso de luz, sombra e o granulado característico das fotos de filme daquela época contribuem para a atmosfera da cena, enfatizando o caráter documental e histórico da imagem.

4 Trecho do poema de ANDRADE, Carlos Drummond de. **Amar se aprende amando**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

5 PANOFSKY, Erwin. **Significado das Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979, 2ª edição. Panofsky, cuja obra foi originalmente publicada em 1939, desenha meticulosamente três níveis de interpretação na história da arte, começando pelo nível primário (i), aparente ou natural, que constitui a camada mais básica de compreensão, oferecendo uma apreensão imediata e pura da obra. Prosseguindo, o nível secundário ou convencional (ii) adiciona uma camada de complexidade, trazendo dimensões culturais e um entendimento específico do ato representado, ampliando assim a interpretação com um contexto mais profundo. O último nível, o do significado intrínseco (iii) faz parte do arcabouço teórico por meio do qual tecemos nossa análise.

6 BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 50-51.

Nesta intensa atmosfera, convém destacar que um evento catalisador específico do fato retratado, foi o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto pela polícia em março de 1968, durante um confronto em um restaurante estudantil no Rio de Janeiro. O trágico fim de Edson Luís desencadeou uma onda de revolta, sendo amplamente percebido como um símbolo da atrocidade do regime. A marcha, que congregou cerca de 100 mil pessoas, incluindo estudantes, intelectuais, artistas, trabalhadores e membros do clero, foi organizada por uma série de entidades, notadamente organizações estudantis, que lideraram o movimento de oposição à ditadura naquele período. A manifestação, pacífica e marcada por cantos e palavras de ordem, clamava pelo término do regime militar.

Embora o ato tenha sido um sucesso em termos de participação e impacto mediático, ele também desencadeou uma resposta mais violenta do governo. Apenas alguns meses depois, em dezembro de 1968, o regime militar promulgou o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), inaugurando o período mais repressivo da ditadura. O AI-5 suspendeu garantias constitucionais e expandiu drasticamente o poder governamental para reprimir a oposição, transformando a manifestação popular em um potente símbolo de resistência, frequentemente evocado como um fenômeno da capacidade de mobilização da sociedade.

Jacques Le Goff nos adverte contra o uso da memória coletiva como uma ferramenta de opressão ou manipulação. Ele reconhece que a memória pode ser utilizada tanto para subjugação quanto para emancipação, dependendo de como é invocada e interpretada. Essa perspectiva é especialmente relevante em situações de narrativas históricas contestadas ou em ocorrências pós-conflito e divisões: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”⁷.

Esta fotografia não apenas serviu como um instrumento imediato de protesto e documentação, mas também se estabeleceu, através da memória, como um dos marcos duradouros da luta contra o autoritarismo. Ela transcende o momento específico que retrata, servindo como um poderoso lembrete da capacidade de oposição e combate coletivo dos cidadãos diante da opressão. Além disso, a imagem é um documento histórico, exemplificando o papel essencial que o fotojornalismo pode desempenhar em períodos de conflito político e social.

Pierre Nora observa que “a memória é vida, perpetuamente sustentada por grupos ativos e, por isso, encontra-se em constante evolução, aberta à dialética entre recordar e esquecer, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a manipulações e usos diversos, e sujeita a períodos de latência e a súbitas revitalizações”⁸. Em 2024, ao marcar os 60 anos do golpe militar, a passeata dos *Cem Mil* não apenas persiste na

7 GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p.477.

8 NORA, P., & Aun Houry, T. Y. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10, 2012.

memória coletiva, mas também adquire novos significados. Se essas memórias não são continuamente reavivadas e reinterpretadas, podem tornar-se memórias ocultas, correndo o risco de desaparecer, como adverte Michael Pollak⁹.

A fotografia, enquanto meio capaz tanto de preservar quanto de distorcer nossa compreensão do passado, exige cautela na forma como representa a realidade e influencia a memória coletiva. Essa representação deve transcender uma visão tradicionalista das relações entre história e memória, onde anteriormente se concebia de maneira relativamente simplista, relegando ao historiador o papel de guardião dos acontecimentos públicos, escritos muitas vezes para glorificar seus autores ou servir de lição à posteridade, conforme discute Peter Burke em “História como memória social”¹⁰. Portanto, é essencial reconhecer a complexidade da memória histórica e a responsabilidade de quem registra e interpreta esses momentos, garantindo que a narrativa fotográfica contribua para uma compreensão mais rica e matizada da história.

Consagramos atenção especial ao pensamento de três estudiosos proeminentes no campo da memória e pós-memória. De Paul Ricoeur adotamos o enfoque teórico das mimeses; de Marianne Hirsch, exploramos a aplicabilidade do conceito de pós-memória; e de Walter Benjamin, utilizamos a metáfora da constelação para elucidar a relação entre eventos passados e suas interpretações no presente.

Ricoeur é reconhecido por sua análise da narrativa e da memória que influenciam nossa compreensão da realidade e da história, distinguido claramente entre memória pessoal, que é subjetiva, e história, vista como uma tentativa objetiva de reconstruir o passado. A fotografia em discussão, ao fisgar um momento particular de protesto, atua como um elo entre a memória pessoal e a história, evocando as lembranças individuais de quem participou ou testemunhou, enquanto documenta um evento histórico, contribuindo assim para a formação de um discurso sobre a resistência à ditadura militar no Brasil. Deste modo, a fotografia de Teixeira pode ser decodificada como um fragmento de uma narrativa mais ampla sobre a luta pela democracia.

Neste exercício hermenêutico, o autor analisa três “mimeses” que formam um ciclo contínuo de prefiguração, configuração e refiguração, essenciais para a compreensão de como as narrativas são construídas e como elas influenciam e são influenciadas pela cultura e pela experiência individual. Ao aplicar esta estrutura à fotografia da *Marcha dos Cem Mil*, é possível ressignificar a imagem no cenário da seguinte forma:

9 POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos. n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 13.

10 BURKE, Peter. **História como memória social**. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

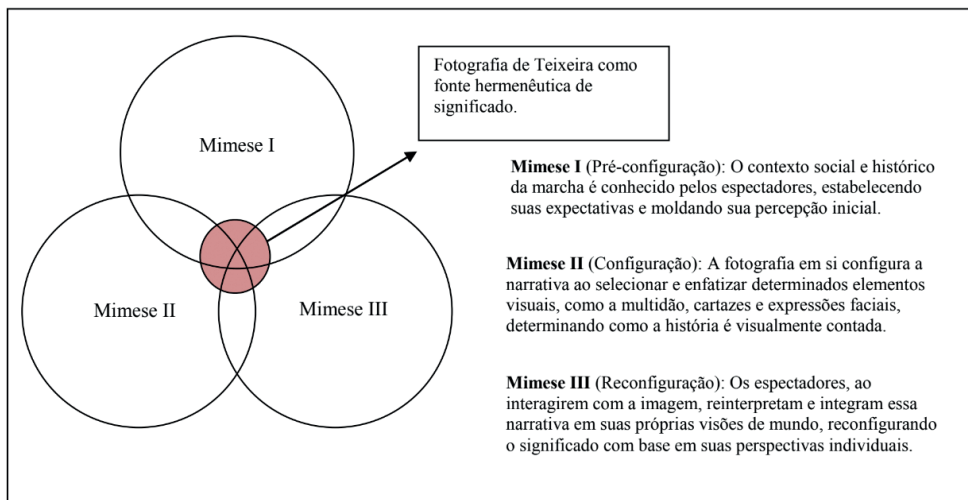


Gráfico 01: tripartição mimética da hermenêutica de Ricoeur aplicada à análise da fotografia de Teixeira.

Fonte: os autores, 2024.

Nesta esteira, a fotografia se torna um intenso ato de recordação e afirmação, um convite à reflexão sobre oposição, identidade e história. Essas três mimeses formam um ciclo que Ricoeur defende ser fundamental para compreendemos e conferimos sentido ao mundo por meio das narrativas¹¹. Assim, a fotografia de Teixeira não só assegura que os eventos retratados não sejam esquecidos¹², mas também contribui para um dever moral de recordação, que preserva a dignidade das vítimas e das injustiças sofridas. Ademais, em nosso entendimento, na intersecção das três mimeses reside não só a junção entre épocas, evento histórico e ressignificação, mas também as implicações das mesmas sobre as futuras gerações. Fica evidente que a imagem não apenas documenta um evento histórico, mas também atua como um meio através do qual a memória e a narrativa são negociadas e reconfiguradas como um elemento de construção dos arcaibouços da memória que influenciam as experiências das gerações vindouras.

É neste quadro em que nos debruçamos sobre a teoria da pós-memória de Marianne Hirsch, em que a autora nos oferece uma contribuição valiosa para especular a obra de Evandro Teixeira. Segundo Hirsch, a pós-memória refere-se ao modo como as gerações

¹¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Vol. I, II, III. Trad.: Claudia Berliner et. al. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹² Segundo Ricoeur, a memória está sempre em uma luta contra o desmemoriamiento. Ricoeur aprofunda como a memória e o esquecimento não apenas coexistem, mas também como são necessários um para o outro para formar nossa compreensão do passado e nossa identidade. Para ele o esquecimento não é apagamento. Esquecer é deixar de lado, mas apagamento é a falta de estímulo da memória. Ricoeur valoriza o esquecimento para a escrita historiográfica: “de início e maciçamente, é como dano a confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”, assim a ideia de que a memória não é um simples repositório de fatos, mas um processo ativo e dinâmico que envolve tanto a retenção quanto a resistência ao esquecimento. Sobre esta discussão, ver RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 424.

que não vivenciaram diretamente eventos traumáticos acessam essas memórias através de relatos, imagens e comportamentos transmitidos pelos sobreviventes¹³. Essa forma de memória, apesar de não ser uma recordação no sentido tradicional — já que é mediada por representações artísticas e modos de narrar — estabelece uma relação simultaneamente íntima e distante com o passado. O conceito de pós-memória, inicialmente aplicado ao contexto do Holocausto, tem sido expandido para abordar outras experiências de trauma coletivo, destacando como as gerações futuras podem internalizar as feridas de eventos que não experimentaram diretamente¹⁴.

A pós-memória é marcada por uma conexão profunda e pessoal com um passado que precede a memória direta dos indivíduos no presente. A fotografia de Teixeira, portanto, passa a ser compreendida como um canal para a transmissão dessa memória. Para aqueles que não vivenciaram diretamente a ditadura militar brasileira, a imagem oferece um ponto de acesso emocional e visual para compreender esse período. A intensidade e a magnitude do protesto, capturadas na foto, permitem que as próximas gerações sintam um resqúcio da emoção e da urgência daquele momento, mesmo sem possuírem memórias diretas do acontecido.

Segundo Hirsch, a pós-memória envolve uma forte identificação e projeção pessoal. Aqueles que observam a fotografia podem se identificar com os manifestantes, imaginando seus próprios familiares ou a si mesmos naquela situação. Esse processo de assimilação pode criar um reforçado senso de continuidade histórica e responsabilidade, fazendo com que as questões de justiça e resistência representadas ressoem de forma pessoal e contemporânea. Assim, sob as lentes da pós-memória, a fotografia transcende sua função documental, tornando-se um ponto crucial de engajamento intergeracional.

Por isso, faz sentido o seguinte questionamento: quais lições extrair desta imagem? Nas palavras de Henry Rousso “(...) a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória”¹⁵.

A memória exibe um caráter dialético notável, sendo capaz tanto de reconstruir quanto de distorcer fatos, influenciada por uma gama de fatores psicológicos, sociais, culturais e emocionais. A memória não é uma cópia fiel dos eventos passados, mas sim uma interpretação ou reconstrução. Portanto, o mesmo pode acontecer com sua transmissão e legado, isto é, embora a imagem de Teixeira seja clara na luta popular contra a opressão, isto não quer dizer que a apreensão para as gerações futuras seja linear e condizente com o significado de origem. Afinal o velho Heráclito tinha razão. Em dois de seus célebres

13 Segundo Hirsch, faz parte da pós-memória, portanto, a compreensão sobre como a experiência do Holocausto não se restringiu a geração contemporânea ao evento, pois ainda hoje as memórias, mas também as emoções, os traumas e as experiências dolorosas vividas naquele período impactam a geração atual, principalmente quando conectada por laços familiares.

14 HIRSCH, Marianne. **Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory**. Harvard University, Press, 1997.
15 ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101. Ver também ROUSSO, Henry. **Face au passé. Essais sur la mémoire contemporaine**. Belin Éditeur, 2016.

fragmentos proferem: “nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos” (Frag. 49a) e, “não é possível entrar duas vezes no mesmo rio” (Frag. 91)¹⁶. Quando no rio se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou. Tudo está em constante fluxo e transformação, e tanto as pessoas quanto o mundo ao seu redor estão sempre mudando, de modo que as experiências nunca são completamente repetíveis.

Neste viés, a memória é moldada pela textura e pelo horizonte de sentidos que o constitui. Enquanto algumas memórias são reforçadas pela repetição, outras podem ser suprimidas ou desvanecer-se. O esquecimento, embora muitas vezes visto negativamente, é um processo que pode facilitar o manejo de traumas ou a adaptação a novas circunstâncias e informações em uma contínua negociação entre retenção e descarte. Normas culturais, valores sociais, interações interpessoais e preconceitos, podem exaltar tanto o conteúdo quanto a forma de nossas lembranças.

A dinamicidade da memória bem como o modo como ela reverbera para as futuras gerações também fez parte dos estudos de Walter Benjamin, em especial por meio da teoria da constelação¹⁷. Nela, Benjamin parte da metáfora da constelação para descrever como eventos passados e suas interpretações no presente estão interligados, ressaltando a maneira pela qual elementos históricos se conectam e influenciam a compreensão na contemporaneidade. Segundo o autor, um grupo de estrelas fixas e ligadas por linhas imaginárias, representa uma configuração de ideias, fatos, objetos e experiências que, embora não estejam linearmente conectados, iluminam-se mutuamente para revelar significados ocultos sobre a realidade.

Ao apreciarmos a *Marcha dos Cem Mil* por meio destas lentes teóricas, passamos a entender que os eventos históricos e culturais configuram-se por meio de uma constelação de relações e sentidos, de tal modo que extrapola uma linearidade temporal. Assim, a abordagem de Benjamin promove um raciocínio das relações dialéticas e das tensões entre passado e presente. A fotografia em análise, ao apreender um momento marcante e repleto de informações, contribuiu para a nossa análise sobre as múltiplas possibilidades desta imagem que se expressa em patamares inter-relacionais. Desta forma, faz sentido a afirmação de que a história é composta por momentos de reconhecimento em que o passado é visto não apenas como foi, mas em relação às necessidades e lutas do presente, assim como narrativas distorcidas e transformações radicais em relação a sua fonte.

Em suma, a fotografia da marcha pode ser vista como um desses momentos, invocando uma reflexão sobre resistência, memória e a contínua luta por democracia e direitos humanos, além de oferecer interseções de tempo, visto que Benjamin explora a ideia de *Jetztzeit* – o tempo de agora¹⁸.

16 **Os Pensadores Originários. Anaximandro Parmênides Heráclito.** Trad. De Emmanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1991.

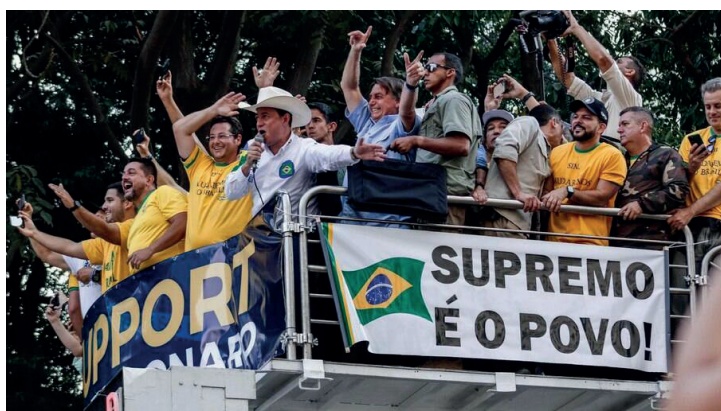
17 BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão.** Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

18 A ideia de *Jetztzeit* (tempo de agora) é central na filosofia da história de Walter Benjamin. Ele introduz esse conceito, entre outros lugares, em suas **On the Concept of History.** Geschrieben im Exil, ohne Ort, 1940.

DESFECHO EPISTEMOLÓGICO

A História se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa¹⁹.

As lições aprendidas da memória da *Marcha dos Cem Mil* ainda reverberam? A icônica fotografia de Evandro Teixeira, como já mencionado, capturou um momento chave na história brasileira, ganhando destaque na imagem o cartaz nas mãos dos manifestantes com os dizeres: “povo no poder”. Este lema foi eternizado como um grito de guerra cujo objetivo político era nitidamente o de resgate à democracia e de desprezo pela opressão. No entanto, na atualidade, “o Supremo é o povo”, uma versão alternativa comparada com a de 1968, foi também um grito de ação da extrema direita ao implorar pela intervenção militar. Esta total inversão de objetivos mostra que sob o foco da dinamicidade da transmissão da memória, emerge uma miríade de possibilidades a partir das quais um determinado evento repercute sobre outros.



Fepesil/TheNews2/Agência O Globo - <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-09-08/bolsonaristas-stf-esquerda-pesquisa.html>

A comparação entre slogans em faixas empunhadas em contextos políticos tão distintos no Brasil, com quase seis décadas de intervalo, repercute não só uma ironia histórica, mas também ilumina as complexidades e contradições das narrativas políticas ao longo do tempo. O movimento de 1968 expressava um clamor pela democracia e a demanda para que o verdadeiro poder residisse nas mãos do povo, não nas de um regime autoritário. Por outro lado, as faixas que proclamavam “o Supremo é o povo” visualizadas em manifestações de 2023, embora pareçam ecoar uma retórica semelhante sobre a soberania popular, emergem em um contexto diametralmente oposto. Neste cenário, tais frases foram empregadas por grupos de direita radical para desafiar a autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF), acusando-o de agir contra os interesses populares e apelando por intervenções antidemocráticas, como um golpe militar para resolver disputas políticas e judiciais.

¹⁹ MARX, K. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

Aqui, o conceito de “povo” é frequentemente manipulado para sugerir uma unanimidade inexistente, sendo instrumentalizado para justificar ações que subvertem os fundamentos democráticos e constitucionais. Essa inversão de intenções, quando comparadas, pode ser explicada pelo ponto de vista da memória seletiva. A apropriação selecionada do passado, analisada por Marialva Barbosa, “apoiada num feixe de subjetividades, do qual o tempo faz parte, a memória coloca em destaque, em seu caráter plural, também a noção de agentes de memórias, de pluralidade de funções e de significações. A memória é uma construção e não um dado”²⁰. Por sua vez Peter Burke nos previne:

Lembrar o passado e escrever sobre ele já não é visto como atividades inocentes, como se pensava até recentemente. Tanto as histórias quanto as memórias revelam-se não objetivas. Em ambos os casos, os historiadores têm aprendido a reconhecer fenômenos como a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. A memória é vista como um processo condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais, e não como obra de indivíduos isolados²¹.

Essa mudança também reflete o antagonismo²² crescente na sociedade brasileira, onde os significados de conceitos como “democracia”, “povo” e “poder” são constantemente reinterpretados em um cenário de conflitos intensos e habitualmente enfiados. A história nos mostra que as palavras podem ser tanto ferramentas para a libertação quanto para a opressão dependendo de quem as usa e como são usadas. Portanto, ambos os dizeres – o de 1968 e o de 2023- evidenciam reivindicações em nome de um povo.

Mas afinal, quem é este “povo” que marca presença em contextos tão diferentes?

A concepção de “povo” em manifestações políticas é de difícil compreensão e sofre variações significativas dependendo do cenário histórico e das dinâmicas de poder envolvidas. Na *Marcha dos Cem Mil*, o “povo” era representado por uma ampla aliança de grupos sociais que englobava diversas correntes ideológicas democráticas, como por exemplo, os membros de partidos de esquerda. Esta diversidade era uma de suas características mais distintas, e a interseccionalidade entre esses grupos emanava de um propósito comum: abaixo a ditadura militar e suas políticas arbitrárias.

Por outro lado, as manifestações de 2023, que exibiam faixas proclamando “Supremo é o povo”, delineiam um “povo” com características substancialmente diferentes. Neste contexto, o “povo” é frequentemente identificado com grupos de extrema direita, incluindo aqueles que manifestam insatisfação com as instituições democráticas vigentes,

20 BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e a construção de uma memória para sua história**. In: BRAGANÇA, Anibal & MOREIRA, Sônia Virginia (org). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p.102-111.

21 BURKE, Peter. **“História como memória social”**. In: **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 69-70.

22 Segundo Chantal Mouffe, o antagonismo como parte de um movimento político não é, em sua essência, um problema. No entanto, para a pensadora belga o problema está no modo como ele se configura na atualidade, ao fundar-se no discurso do ódio e da compreensão da oposição como inimiga. Para tanto, ver: MOUFFE, C. **Sobre o político**. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. Tal comportamento, inclusive, segundo Mouffe se aproxima da tese de Carl Schmitt, filósofo e jurista alemão, crítico à República de Weimar e que posteriormente se filiou ao nazismo. Schmitt para dar cabo ao seu projeto político de poder prospectou que o antagonismo violento seria a chave para abertura de regimes totalitários. Sobre estas ideias, confira: SCHMITT, C. **Teologia Política**. Trad. Francisco Javier Conde Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

especialmente o judiciário. Essas facções se autoproclamam representantes de uma suposta maioria silenciosa ou de “patriotas”, que acreditam que o país está sendo mal gerido ou “corrompido” por elites políticas e judiciais.

O emprego do termo “povo” nessas manifestações é uma estratégia para tentar legitimar demandas que, na realidade, contrariam os fundamentos da democracia representativa, ao pedirem interferências que comprometeriam a separação de poderes e a constitucionalidade.

Para analisar ambas as passeatas, separadas por seis décadas, recorreremos aos esclarecimentos de Marc Bloch sobre o método comparativo, conforme delineado em sua obra *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*²³. Bloch ressalta a importância da comparação no desenvolvimento do conhecimento histórico, sublinhando que essa abordagem não apenas destaca as diferenças, mas também revela semelhanças que podem não ser imediatamente óbvias. Assim, a comparação transcende uma mera operação intelectual de verificação. Para Bloch, a essência da história é, por natureza, comparativa.

Enquanto em 1968, o “povo” buscava expandir direitos democráticos e resistir ao autoritarismo, em 2023, a palavra “povo” é direcionada para a intenção de buscar restringir o alcance da democracia por meio de um autoritarismo renovado, frequentemente justificado como uma necessidade de “limpar” ou “corrigir” o sistema. Nos dois casos, a ideia de “povo” é central, mas as interpretações e implicações são diametralmente opostas, refletindo as complexas dinâmicas de poder e as lutas ideológicas que moldam a sociedade brasileira em cada época.

Na filosofia política, o conceito de “povo” tem sido analisado e interpretado de diversas formas ao longo da história²⁴. No contexto contemporâneo, Jacques Rancière oferece uma interpretação distintiva do conceito de “povo” que se diferencia das abordagens mais tradicionais na teoria política. Para Rancière, o “povo” é um conceito profundamente ligado às noções de desigualdade e política. “Povo” é uma exteriorização pública de desacordo — um termo que ele usa para descrever o conflito entre a lógica da polícia (como ele chama a ordem estabelecida de atribuição de partes e papéis na sociedade) e a lógica da política (o processo de desafiar essa ordem). Portanto, o “povo” é tanto o agente como o espaço da política, uma arena onde os não reconhecidos e os marginalizados lutam por reconhecimento e igualdade, desafiando as estruturas normativas e as distribuições de poder. Essa concepção apresenta o “povo” não como uma entidade unificada, mas como um processo dinâmico de contestação e redefinição das ordens sociais e políticas.

23 BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

24 Autores como Ernesto Laclau, em *Consideraciones Sobre El Populismo Latinoamericano*, Cuadernos del CENDES, Caracas, Venezuela: Universidad Central de Venezuela, mayo-agosto, n. 062, año/vol. 23, 2006, p. 115-120, como também em *On Populist Reason*. London: Verso, 2005, discute como o populismo molda a identidade do “povo” em oposição às elites, enquanto Carl Schmitt (2009) explora a relação entre liderança autoritária e a identificação de inimigos como um meio de definir o “povo”. Faz também parte desta seara a análise da Hannah Arendt (*The origins of totalitarianism*. San Diego, Nova York, Londres: Harcourt Brace & Company, 1975), ao afirmar que na mitificação da figura de um líder autoritário, uma das estratégias de torná-lo absoluto é voltar a população contra os demais poderes democráticos (legislativo e judiciário). Para tanto, cabe ao líder convencer a população de que ele é quem de fato os representa, em oposição a inimigos institucionais que, sob uma espécie de trama conspiracionista, justifica a criação de um estado de exceção e da centralização do poder, etapa fundamental para a implementação de um regime totalitário.

Povo é para mim é o nome de um sujeito político, isto é, um suplemento em relação a toda lógica de contagem da população, de suas partes e seu todo. Isso significa um desvio em relação a qualquer ideia de povo como soma de partes, corpo coletivo em movimento, corpo ideal encarnado na soberania²⁵.

O conceito de “povo” é, portanto, multifacetado e dependente de condicionamentos. Pode ser adotado como uma entidade soberana, como uma classe específica de uma estrutura de poder, ou como uma construção discursiva ou produto de articulação.

Um povo político não é a expressão de um povo sociológico preexistente. É uma criação específica: é produto da articulação de uma série de instituições, procedimentos e formas de ação, mas também de palavras, frases, imagens e representações que não expressam os sentimentos de um povo antes existente, mas que criam um povo particular, ao inventar um regime de afetos para ele²⁶.

Podemos concluir que entre um e outro conceito de “povo” não houve transmissão de memória? Memória e pós-memória foram elas instrumentalizadas para fins políticos ou ideológicos, distorcendo intencionalmente o passado para servir agendas presentes?

Esses confrontos são vitais para entender como a memória e a pós-memória funcionam na prática e como elas afetam a nossa percepção da história e da cultura. Em nosso artigo, concluímos que a memória pode ser entendida de três maneiras distintas: como construto (i) como entidade (ii) e como narrativa (iii). Como construto (i), a memória é considerada como um fenômeno complexo e construído, influenciado por fatores culturais, sociais e individuais, sendo moldável e sujeito a constantes alterações. A memória é formada por nossas interações, linguagem e experiências, adaptando-se às nossas necessidades e compreensões atuais. Como entidade (iii), a memória é quase palpável, existindo concretamente no âmago dos processos mentais ou sociais. Possui, portanto, propriedades definidas e exerce influência direta no comportamento e nas decisões, podendo ser isolada e estudada em termos de como as memórias são armazenadas e acessadas. Por fim, como narrativa (iii), perscrutamos o modo como a memória é palco para um conjunto de interesses políticos que a reescreve, adapta e transforma determinados eventos. A memória como narrativa, inclusive, justifica que determinados eventos ou fenômenos do passado não são omitidos ou reinterpretados por desinformação ou falta de precisão documental. Antes, são reconfigurados propositalmente para justificar um projeto de poder que busca na manipulação das narrativas do passado um modo de se legitimar no presente.

Isso sugere que a memória não representa apenas uma limitação conceitual sob a ótica da pós-memória, mas também revela um desafio mais profundo na maneira como ela é formada e perpetuada. Estamos diante de uma dinâmica complexa e frequentemente intangível da memória e seu impacto intergeracional. No entanto é salutar dizer que a pós-memória desafia a concepção tradicional de memória como algo que pode ser claramente definido e estabilizado ao longo do tempo, propondo, ao contrário, que a memória é uma lembrança em constante fluxo, moldada por processos contínuos de poder, de interpretação, significação e ressignificação. Significado e ressignificação para quem? Indagou Peter Burke²⁷.

25 RANCIÈRE, Jacques. **Povo ou multidões?** Urdimento, Florianópolis, v. 1, n. 15, p. 61-66, 2010.

26 RANCIÈRE, Jacques. **Ten theses on politics.** Theory & Event, Baltimore, v. 5, n. 3, 2001.

27 BURKE, Peter. Testemunha Ocular. Bauru, SP: EDUSC, 2004, P. 50-51.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Amar se aprende amando**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. San Diego, New York, London: Harcourt Brace & Company, 1975.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e a construção de uma memória para sua história**. In:

BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (org). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

BENJAMIN, Walter. **On the Concept of History**. Geschrieben im Exil, ohne Ort, 1940.

_____. **Origem do drama barroco alemão**. Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **História como memória social**. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

HIRSCH, Marianne. **Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory**. Harvard University Press, 1997.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

_____. **Consideraciones Sobre El Populismo Latinoamericano**. Cuadernos del CENDES, Caracas, Venezuela: Universidad Central de Venezuela, mayo-agosto, n. 062, año/vol. 23, 2006.

MARX, K. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Trad. de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NORA, P. & Aun Khoury, T. Y. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10, 2012.

Os Pensadores Originários. Anaximandro Parmênides Heráclito. Trad. De Emmanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1991.

PANOFSKY, Erwin. **Significado das Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979, 2ª edição.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. **Povo ou multidões?** Urdimento, Florianópolis, v. 1, n. 15, 2010.

_____. **Ten theses on politics.** Theory & Event, Baltimore, v. 5, n. 3, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento.** Tradução de Alain François [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa.** Vols. I, II, III. Trad.: Claudia Berliner, et al. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROUSSO, Henry. “**A memória não é mais o que era**”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. **Face au passé. Essais sur la mémoire contemporaine.** Belin Éditeur, 2016.

SCHMITT, C. **Teología Política.** Trad. Francisco Javier Conde, Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.